FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

— DA —

2.ª Cadeira do 1.º Anno

Economia Politica e Sciencia das Finanças

Dr. Sophronio E. da Paz Portella

PROFESSOR CATHEDRATICO

ANNO 1932

2464 — 1932
Officinas Graphicas da Associação da Bôa Imprensa
RECIFE

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

PROGRAMMA DE ENSINO

— DA —

2.ª Cadeira do 1.º Anno

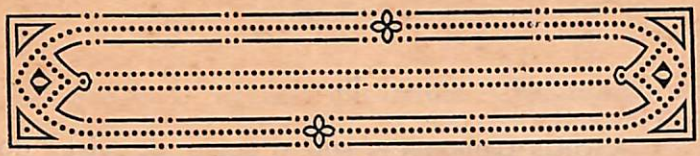
Economia Politica e Sciencia das Finanças

Dr. Sophronio E. da Paz Portella

PROFESSOR CATHEDRATICO

ANNO 1932

2464 — 1932
Officinas Graphicas da Associação da Bôa Imprensa
RECIFE



Programma de Ensino

— DA —

2.ª Cadeira do 1.º Anno

Economia Politica e Sciencia das Finanças

ECONOMIA POLITICA

I

Vista geral dos phenomenos economicos e da ordem que n'elles se observa. Como se constituiu a Economia Politica.

II

Objecto, definição, utilidade, methodo e divisão da Economia Politica. Suas relações com as demais sciencias sociaes.

III

Escolas economicas sob o ponto de vista do methodo. Escolas economicas sob o ponto de vista das soluções.

IV

DA PRODUCÇÃO

A producção das riquezas. — Definição da producção. Os diversos actos productivos. Collaboração do homem e da natureza na producção. As quatro industrias primitivas. Mudanças geraes havidas na producção; a producção tendo em vista o consumo directo e a producção tendo em vista a troca. Effeitos particulares da producção dirigida quasi exclusivamente em vista da troca. A natureza sob o ponto de vista economico. Concurso complicado que o homem traz á producção: o capital. Antiguidade do capital. Erro de Stuart Mill a tal respeito.

V

A parte da natureza e das forças naturaes na producção. — Definição da natureza sob o ponto de vista economico. Repartição desigual dos dons naturaes: o clima, a topographia, o solo e o sub-solo. Muitos dos dons da natureza não são communs a toda a humanidade, nem gratuitos.

VI

O trabalho.—Definição do trabalho. O trabalho productivo e o trabalho improductivo. O trabalho

physico e o trabalho intellectual. Classificação dos trabalhos e das industrias Caracteres differentes de productividade das diversas cathegorias de trabalhos humanos. Da proporção e do equilibrio entre as diversas profissões humanas.

VII

O capital. — Natureza do capital- As provisões e os utensilios. Origem do capital e seu desenvolvimento. As duas fontes que alimentam o capital : a economia e a invenção. Differença entre a economia moderna e a economia antiga. Caracteres geraes de uma sociedade em que o capital está continuamente em formação e crescimento.

VIII

As differentes formas de capital. — O capital fixo e o capital circulante. Formas principaes que o capital reveste nas sociedades modernas. Os capitaes incorporeos : o talento, a educação. As obras d'arte são capitaes.

IX

Causas que influem sobre a capitalisação. — Os tres periodos das sociedades sob o ponto de vista da abundancia e do papel do capital. As causas que desenvolvem e as que restringem a accumulação dos capitaes. Influencia da segurança, da educação, da familia, da herança, das combinações technicas, das leis. Pode o Estado se encarregar de economisar em logar dos individuos ?

X

A direcção da producção e o papel do empresario. — O concurso do capital e do trabalho O pequeno productor ou productor autonomo As causas que fazem attribuir ao capital a direcção das empresas. Variedade das condições intellectuaes e moraes necessarias ao empresario.

XI

A divisão do trabalho. — A organisação do trabalho. A cooperação dos trabalhadores ou o trabalho combinado A divisão do trabalho ou a decomposição das tarefas. Vantagens da divisão do trabalho. A divisão territorial do trabalho A divisão hereditaria do trabalho. As condições da divisão do trabalho e as criticas que lhe são dirigidas. Os correctivos dessa organisação industrial.

XII

As machinas. — Os utensilios e as machinas. Preconceitos populares contra as machinas. Exemplos desses preconceitos. Vantagens das machinas. Condições necessarias ao seu emprego. Criticas que lhes são dirigidas. Effeitos protectores das machinas.

XIII

A grande e a pequena producção. — Illusões a respeito do augmento da producção. Circumstancias que recentemente tem desenvolvido a producção em ponto grande. Vantagens desse modo de producção. Seus inconvenientes. Limite da producção. O pro-

gresso economico real é menor do que o progresso economico apparente. Exemplos de illusões a respeito do progresso economico.

XIV

DA REPARTIÇÃO

Condições geraes da repartição das riquezas nas sociedades modernas. — Liberdade e propriedade. As diversas funcções economicas. Erro dos que acreditam que a repartição dos productos está inteiramente sujeita ao arbitrio do legislador. As duas condições geraes que presidem ao desenvolvimento das sociedades modernas: a liberdade e a propriedade. Desenvolvimento continuo da liberdade individual. Evolução e desenvolvimento da propriedade pessoal.

XV

Origem e fundamento da propriedade. —Utilidade e legitimidade da herança. As diversas theorias do direito de propriedade. Origem e evolução da propriedade territorial: Ordem historica das propriedades. A parte social em cada propriedade privada. Criticas dirigidas á propriedade territorial. A propriedade territorial é o fundamento da existencia nacional. Razões da perpetuidade da propriedade privada. A herança.

XVI

O arrendamento e a renda do solo. — A grande e a pequena propriedade. Exposição da theoria da renda da terra. Refutação das consequencias que della se tem tirado. Os systemas socialistas da na-

cionalisação do solo. Os meritos respectivos da grande e da pequena propriedade.

XVII

A parte do capital na repartição. — O juro. Natureza do emprestimo a juro. O juro resulta necessariamente da natureza do capital. Circumstancias que influem sobre a taxa do juro. Tendencia geral da civilisação no que diz respeito á taxa do juro.

XVIII

O lucro do emprezario. — Causas e elementos desse lucro. O papel do emprezario. A natureza e os elementos do lucro. O elemento particular dos grandes lucros industriaes. Os lucros excepcionaes de certos emprezarios são a prova e o resultado de que toda a sociedade tambem lucra consideravelmente. Absurdo das explicações socialistas do papel do emprezario. Tendencia para a baixa dos lucros.

XIX

A parte do operario na repartição. — O salario. Seus diversos modos. A participação nos lucros. Natureza e generalidade do salario. O salario nasceu da natureza das cousas. Vantagens respectivas do contracto de salario para o operario e para o emprezario. A plasticidade do contracto de salario; infinitos modos de combinações a que elle se presta. O salario progressivo. Outros exemplos de salarios aperfeiçoados. Causas que determinam a taxa dos salarios. A causa que mais influe sobre o salario é a productividade do trabalho do operario. Influencia.

da população sobre a taxa dos salarios. Objecções dos socialistas a esse modo de contracto. O systema da participação nos lucros. Causas que se oppõem á applicação universal desse regimen. Causas das differenças dos salarios nas diversas profissões.

XX

As associações operarias. — Os syndicatos. As greves. As sociedades cooperativas. As antigas corporações. A natureza da associação e os dois systemas geraes aos quaes ella pode se reduzir. Perigos da associação: o exclusivismo; as corporações; seus inconvenientes Individualismo excessivo estabelecido pela Revolução de 1789. As associações operarias inglezas ou *Trades Unions*. As greves de operarios. Seus inconvenientes. Deveres dos poderes publicos em casos de greve. Os syndicatos operarios. As sociedades cooperativas.

XXI

DA CIRCULAÇÃO

A troca. — O valor. O preço. A troca é um facto instinctivo na humanidade As duas origens da troca. Formas diversas da troca. A noção de valor. A ordem dos valores na humanidade. Causas que determinam as oscillações dos valores. A concurrencia. As excepções á concurrencia: os monopolios. Effeitos da concurrencia.

XXII

A moeda. — Os inconvenientes da permuta ou da troca pura e simples. A moeda; suas duas func-

ções principaes. As condições essenciaes de uma bôa moeda. Cada metal monetario é particularmente apropriado a um estado de civilisação. Os differentes typos de moeda. O titulo, a liga, o bilhão. O systema do padrão unico e o do padrão duplo. As variações de valores dos metaes preciosos e da moeda.

XXIII

O credito. — Natureza do credito. O credito pessoal e o credito real. O credito não cria capitaes. As diversas utilidades do credito. O credito para consumo. O credito desenvolve a economia e a capitalisação.

XXIV

Os bancos. — Origem dos bancos; operações a que elles se dedicam. O desconto commercial; o bilhete á ordem e a letra de cambio. O desconto do papel de commercio é a operação fundamental dos bancos. Os cheques, as transferencias, *os bancos de compensação (clearing houses).* O bilhete de banco. Os perigos das emissões excessivas de bilhetes de banco; a regulamentação dos bancos de emissão. Differença do bilhete de banco e da moeda. As diversas operações dos bancos. As sociedades de credito territorial. O credito agricola e o credito mobiliario. Chimeras e illusões a respeito do credito. O credito popular.

XXV

O commercio interior e o commercio exterior. — As profissões commerciaes. A concurrencia. A antiga e a nova theoria do commercio. O grande, e o

pequeno commercio a retalho. Da intervenção do Estado no commercio interior. As razões de ser do commercio internacional. As importações e as exportações. O cambio e suas variações. A alta da taxa do desconto em seguida ao cambio desfavoravel.

XXVI

Da relação entre as exportações e as importações — Theoria da balança do commercio. Falsidade dessa theoria. Os diversos elementos com que se deve contar nas relações economicas de um povo com o extrangeiro. A legislação sobre o commercio exterior. O livre cambio e o regimen protector. A liberdade absoluta de importação. As prohibições. Os *direitos* moderados e os tratados de commercio. A faculdade de entreposto. As vendas publicas.

XXVII

As crises commerciaes. — As differentes naturezas de crises. As causas das crises commerciaes ou agricolas geraes. Os remedios propostos para as crises economicas. As consequencias algumas vezes felizes dessas crises.

XXVIII

DO CONSUMO

A economia. — Differentes usos que o homem pode fazer do augmento de sua força productiva. O augmento do descanço e da producção. O papel da economia. Preconceitos populares oppostos á economia: o prodigo e o homem poupado. Falsa idéa de

que a destruição de objectos uteis faz algumas vezes desenvolver o commercio. As causas que desenvolvem o espirito de economia. As caixas economicas. O emprego de seus fundos. O seguro e suas diversas fórmas. As sociedades cooperativas consideradas como instrumentos de economia. Influencia do mercado dos valores mobiliarios sobre a formação e a rapida utilisação da economia.

XXIX

O luxo. — Definição do luxo. Os progressos industriaes tornam vulgares e communs muitos objectos de consumo que eram antigamente objectos de luxo. Preconceitos a respeito do luxo. A suppressão do luxo restringiria o progresso industrial. A população, o pauperismo, a caridade. Importancia da questão da população. A theoria de Malthus. Esta theoria não se applica á situação actual do mundo. Inconvenientes do augmento muito rapido da população em certos paizes. A emigração e a colonisação. Os paizes de população estacionaria. Perigos actuaes de semelhante estado. O pauperismo. Ligeira tendencia para a diminuição do numero dos pobres. A caridade legal e a caridade privada.

Sciencia das Finanças

XXX

Formas principaes da sociedade politica. O Estado moderno e as suas funcções. Funcções essenciaes; funcções facultativas. E' indispensavel o em-

prego da riqueza para que o Estado possa exercer qualquer dessas funcções.

XXXI

Objecto, definição, limites, caracteres, fontes, divisão e importancia da sciencia das finanças.

XXXII

Conceito das despezas publicas. Em que se distinguem as despezas publicas das despezas privadas. Caracteres: juridico, politico e economico das despezas publicas.

XXXIII

Classificação das despezas publicas, segundo:
a) a *forma* que tomam ;
b) o *logar* em que são feitas ;
c) o *tempo* em que se verificam ;
d) a sua *importancia ;*
e) os seus *effeitos* economicos ;
f) os *fins* a que se destinam.

XXXIV

Receita publica. Receita publica ordinaria e receita publica extraordinaria. Receita publica originaria e receita publica derivada. Dominio fiscal ; riquezas, industrias e direitos que elle comprehende. Em que differe o dominio fiscal :
a) do dominio publico ;
b) dos privilegios fiscaes ;
c) de certos serviços administrativos que o Esta-

do toma a si, com ou sem privilegio, por motivo de *utilidade publica.*

XXXV

Administração do dominio fiscal. Systemas que têm sido empregados:

a) administração confiada a funccionarios publicos retribuidos com vencimentos fixos;

b) administração co-interessada;

c) arrendamento em hasta publica ou sem ella;

d) emphyteuse (para immoveis).

Graves inconvenientes de cada um desses systemas.

XXXVI

Razões de ordem administrativa, politica e economica que aconselham a venda do dominio fiscal. Cautelas necessarias na venda desse dominio quanto:

a) á escolha dos bens;

b) á sua extensão;

c) á epoca da venda;

d) ás pessoas a quem se vende;

e) ás garantias offerecidas;

f) e sobretudo ao destino do preço da venda. Algumas excepções á conveniencia da venda do dominio fiscal.

XXXVII

Receita publica derivada:

a) tributos (contribuições);

b) multas;

c) penas pecuniarias.

Distincção que ha entre os tributos e o dominio fiscal com os seus rendimentos. Tributos especiaes;

tributos geraes Taxas. Em que differem dos impostos. Condições de legitimidade das taxas. Classificação das taxas de accordo com os varios serviços administrativos que as podem justificar.

XXXVIII

Taxas sobre actos juridicos: taxas judiciarias e taxas sobre actos civis. Razões que justificam as taxas judiciarias. Objecções contra ellas. Taxas sobre actos civis. Em que ellas differem dos impostos sobre transferencia de propriedade. Arrecadação das taxas sobre actos juridicos. Os dous systemas: o da arrecadação immediata e o da arrecadação mediata (sello). Superioridade do segundo. Formas do sello. Qual a preferivel.

XXXIX

Taxas sobre meios de troca e de transporte. Quaes as mais importantes. Monetisação. Fabricação gratuita da moeda. Fabricação em que o Estado, além do reembolso das despesas, aufere um rendimento liquido. Fabricação em que dá-se apenas reembolso de parte das despesas. Qual dos tres systemas é o preferivel. Taxas sobre pesos, medidas e marca. Taxas sobre estradas de ferro, correios e telegraphos.

XL

Conceito, fundamento e normas do imposto. Normas juridicas do imposto: a legalidade; a certeza; a legitimidade; a egualdade; a universalidade; a graduação; a moralidade.

XLI

Normas economicas do imposto. Quaes as principaes. Normas politicas: sufficiencia, mobilidade, bôa arrecadação. Que é arrecadação. Systemas differentes de arrecadação em razão das pessoas della encarregadas: administração e arrendamento. Vantagens e inconvenientes de cada um delles. Regras relativas ao methodo de arrecadação. O que cumpre fazer para que o imposto não se torne vexatorio.

XLII

Incidencia e pressão dos impostos. Incidencia directa e incidencia indirecta ou repercussão. Repercussão prevista e desejada pelo legislador. Phenomenos que se não confundem com a repercussão. De que modo os phenomenos da repercussão se relacionam com os da offerta e da procura, isto é, com os phenomenos do valor. Distincção entre repercussão e pressão dos impostos.

XLIII

Classificação dos impostos. Criterios de importancia theorica e pratica na classificação dos impostos. Como se distinguem os impostos sob o ponto de vista:

a) da qualidade das riquezas em que são pagos;

b) das normas de sua distribuição;

c) de seu caracter permanente ou transitorio;

d) da natureza de seu objecto;

e) do modo pelo qual são determinadas as sommas a pagar;

f) da avaliação da riqueza tributada.

Subdivisão dos impostos directos quanto ao seu objecto.

XLIV

Systemas tributarios. Impostos multiplos e imposto unico. Critica de um e de outro systema. Razões de preferencia do primeiro. Si, adoptado o systema da multiplicidade dos impostos, são preferiveis os impostos directos ou os indirectos. Razões pró e contra uns e outros. Qual a conclusão a que praticamente se pode chegar. Impostos reaes e pessoaes. Conceito de uns e outros.

XLV

Imposto sobre producto dos bens immoveis. Imposto sobre o producto das terras cultivadas. Os tres systemas empregados na avaliação do producto sujeito ao imposto: *a)* indicios; *b)* cadastro; *c)* declarações. Imposto sobre o producto dos terrenos edificados, ou imposto predial.

XLVI

Imposto sobre o rendimento dos bens moveis: *a)* rendimento dos capitaes; *b)* rendimentos pessoaes. *c)* rendimentos industriaes. Improcedencia das objecções contra o imposto sobre o rendimento dos capitaes. Os dous systemas para a applicação de tal imposto. Razões pró e contra cada um desses systemas. Eclectismo empregado na pratica. Controversia sobre a tributação da renda publica, isto é, dos titulos da divida publica do Estado e dos municipios.

XLVII

O que sejam rendimentos pessoaes. Erro dos que pretendem isentar do imposto os vencimentos e pensões. O que sejam rendimentos industriaes. Não há razão para que taes rendimentos, liquidos, effectivos sejam subtrahidos ao pagamento do imposto.

XLVIII

Impostos indiretos sobre transferencia de propriedade. Impostos sobre transferencias onerosas. Allegações contra elles Regras na sua applicação. Impostos sobre transferencias gratuitas: *a)* transferencias *causa mortis*; successão testamentaria e legitima; *b)* transferencias *inter vivos*: doações Objecções contra os impostos sobre successões. Argumentos em resposta. Impostos complementares sobre transferencias onerosas e gratuitas da propriedade.

XLIX

Impostos indirectos sobre o consumo. Sua classificação relativamente:

a) á qualidade physica dos objectos tributados;
b) á importancia das necessidades a que taes objectos vem satisfazer;
c) á proveniencia do objecto;
d) ao methodo de arrecadação.

Monopolios ou privilegios fiscaes. Seus inconvenientes. Principaes monopolios existentes em muitos Estados. Impostos indirectos sobre a fabricação e a venda de certos productos v. g. o alcool e as

bebidas espirituosas. Impostos sobre productos que entram ou sahem de logar a logar dentro do proprio paiz: impostos interestadoaes e intermunicipaes. Seus grandes inconvenientes.

L

Impostos aduaneiros de importação, de exportação e de transito. Systemas alfandegarios: prohibitivo, protector, liberal, fiscal. Tarifas aduaneiras: especifica, *ad valorem*, simples e puramente fiscal. O que tem demonstrado a experiencia das recentes reformas aduaneiras sobre o resultado das tarifas moderadas. Impostos de arrecadação immediata. O imposto sobre habitação differente do imposto directo sobre edificios.

Imposto sobre creados, cães, cavallos, carros, etc.

LI

Impostos directos sobre rendimento e sobre patrimonio em geral. Em que differem dos outros impostos directos, reaes e pessoaes. Razões a favor e razões contra o imposto geral de rendimento. Imposto geral sobre o patrimonio. Em que é differante do imposto sobre o rendimento. Imposto militar. Critica que se lhe faz.

LII

Impostos locaes. Elles resultam quer de addicionaes aos impostos do Estado, quer de impostos separados. No regimen de autonomia das provin-

cias e municipios a separação dos impostos manifestamente se impõe.

LIII

Noções geraes sobre a relação entre a despeza e a receita. Orçamento; sua definição. O orçamento considerado relativamente:

a) ao periodo (exercicio) a que se refere;
b) á epoca de sua redacção;
c) ao seu systema.

Orçamento ordinario e extraordinario

LIV

Divida publica. Vantagens e inconvenientes do credito publico. O credito publico considerado:

a) pelo lado de sua legitimidade;
b) relativamente á qualidade diversa das despezas extraordinarias;
c) pelo lado economico;
d) pelo lado politico;
e) pelas vantagens promettidas ao credor;
f) pelo lado da garantia dada ao mesmo credor;
g) pela proveniencia dos capitaes obtidos;
h) por seu titulo juridico;
i) pelo modo de sua estipulação;
j) pelos diversos methodos de sua organização e especialmente pelas condições de reembolso.

LV

A divida fluctuante. Em que consiste. Formas da divida fluctuante. A parte mais consideravel da divida fluctuante é constituida:

1 º por emprestimos de brevissimo vencimento feitos pelos bancos;

2.º por obrigações com juros tambem a pequeno prazo;

3.º por bonus do thezouro.

O papel moeda; seus gravissimos inconvenientes.

LVI

A divida consolidada em que consiste. Divida consolidada resgatavel e irresgatavel. A divida resgatavel, entre outros, comprehende emprestimos de vencimento fixo, emprestimos a premio ou á sorte e as annuidades. Em que consiste cada um delles. Divida irresgatavel, sua importancia suas vantagens e desvantagens. Duas formas de emprestimo que a divida irresgatavel comprehende: *a*) emprestimo de capital fixo e juro variavel; *b*) emprestimo de juro fixo e capital variavel. Exame dos dois systemas.

LVII

Administração da divida publica. Sua negociação, quer directa, quer indirecta com auxilio de intermediarios. Titulos da divida publica: nominativos, ao portador e mixtos. Serviços dos juros. Como deve ser effectuado. Conversão. Conversão forçada, e portanto illegal, e conversão voluntaria. Da consolidação e da extincção da divida publica.

Faculdade de Direito do Recife, em 30 de Janeiro de 1932.

O PROFESSOR CATHEDRATICO

Dr. Sophronio E. da Paz Portella

Approvado em Congregação de 18 de Março de 1932.

O SECRETARIO

Henrique Martins

Horario das aulas da Faculdade de Direito do Recife no anno de 1932

MATERIA	PROFESSOR	Segundas Quartas e Sextas	Terças Quintas e Sabbados	Salas
1.º ANNO				
Introducção a Sciencia do Direito	Dr. Hersilio de Souza	10—11	10—11	1
Economia Politica e Sciencia das Finanças	Dr. Sophronio Portella	11—12	11—12	1
2.º ANNO				
Direito Civil	Dr. Hersilio de Souza	11—12	—	2
Direito Penal	Dr. Octavio Tavares	10—11	—	2
Direito Publico e Constitucional	Dr. Virginio Marques	—	10—11	2
3.º ANNO				
Direito Civil	Dr. Gondim Filho	—	11—12	5
Direito Penal	Dr. Gervasio Fioravanti	10—11	—	5
Direito Commercial	Dr. Joaquim Amazonas	11—12	—	5
Direito Publico Internacional	Dr. Odilon Nestor	—	9—10	5
4.º ANNO				
Direito Civil				
Direito Commercial	Dr. Caldas Filho	—	—	—
Direito Judiciario Civil	Dr. Mario Castro	10—11	—	3
Medicina Legal	Dr. Edgar Altino	—	10—11	3
5.º ANNO				
Direito Civil	Dr. Andrade Bezerra	—	—	—
Direito Judiciario Civil	Dr. Methodio Maranhão		—	—
Direito Judiciario Penal	Dr. Genaro Guimarães	9—10	—	3
Direito Administrativo	Dr. Annibal Freire	—	—	—

Secretaria da Faculdade de Direito do Recife, em 28 de Março de 1932.

O SECRETARIO — *HENRIQUE MARTINS*